

Projeto Territórios Vivos

Agenda 2030: Não deixar ninguém para trás – Fase II

Desafios atuais

No Brasil, existem 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) reconhecidos pela legislação, incluindo povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e comunidades agroextrativistas. Apesar de seu papel fundamental e histórico na conservação da sociobiodiversidade, a contribuição dos PCT para o alcance de objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 não recebe a devida centralidade do debate público, inclusive no que diz respeito à importância do papel de lideranças femininas no desenvolvimento local e na qualidade de vida dos PCT.

O reconhecimento e a regularização do território é um dos maiores desafios dos PCT. Alguns grupos têm territórios reconhecidos por lei, com status de proteção territorial e direito de participação na administração. Outros têm direito de acesso e uso das florestas e recursos naturais. Entretanto, um número muito maior e desconhecido de PCT não está cadastrado e/ou não tem nenhuma garantia em relação aos direitos coletivos de posse ou uso da terra. Muitos processos de regularização fundiária estão pendentes nos órgãos responsáveis.

A insuficiência de dados atualizados, confiáveis e diferenciados – abordando a ocupação dos territórios tradicionais, os aspectos culturais, a contribuição dos PCT para o desenvolvimento sustentável – é uma das razões para a dificuldade de uma atuação efetiva do Estado na promoção dos direitos de PCT. Esse cenário também torna os territórios tradicionais as áreas mais afetadas por violações de direitos ambientais, como desmatamento, incêndios, mineração ilegais, entre outros. Em razão disso, desde 2018, o Ministério Público Federal (MPF) – pela 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR), com o apoio tecnológico da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) – e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) desenvolvem a “Plataforma de Territórios Tradicionais”, uma ferramenta digital cujas informações – declaradas pelos próprios PCT – são disponibilizadas, em níveis adequados de acesso, ao MPF, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e público em geral.

Nome oficial do projeto	Agenda 2030 - contribuição para a implementação do princípio “Não deixar ninguém para trás” - Fase II
Comissionado pelo	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)
País e regiões	Brasil: estados pilotos Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará
Agência executora	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH—Alemanha
Instituição executora - Brasil	Ministério Público Federal (MPF)
Volume	4 milhões de euros
Duração	02/2024 – 01/2027

Objetivo

O Projeto tem como objetivo promover o uso da Plataforma de Territórios Tradicionais para a proteção dos direitos humanos e ambientais de povos e comunidades tradicionais nos seus territórios tradicionais.

Nossa abordagem

As atividades do projeto são executadas tanto em nível local como nacional. O projeto é implementado em Brasília, sede nacional do MPF, e em cinco estados piloto: Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará. Em nível nacional, o MPF e CNPCT promovem a gestão e o desenvolvimento tecnológico da Plataforma. Em nível local, as organizações, lideranças e representantes de PCT são apoiados/as no uso da Plataforma e fortalecidas para articulação estratégica. A base de sua concepção e implementação é o princípio “Não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030 e aplica uma abordagem sensível para promoção da igualdade entre homens e mulheres.



Campos de ação – atividades

- Desenvolvimento de tecnologia georreferenciada e de conteúdo da Plataforma: o projeto apoia o MPF no desenvolvimento de soluções tecnológicas para análise inteligente de dados pela Plataforma para subsidiar a ação de membros do MPF, de órgãos públicos e da sociedade civil. A iniciativa inclui a elaboração de estudos, com dados da Plataforma, para orientar o trabalho do MPF em temas como reconhecimento da posse tradicional, licenciamento ambiental, gênero e prevenção de ilícitos ambientais.
- Promoção do uso da Plataforma pelos membros do MPF e em políticas públicas: o projeto presta assessoria no diálogo institucional para facilitar o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais, de forma que a Plataforma esteja vinculada a processos decisórios de políticas públicas estratégicas e integrada em sistemas e procedimentos governamentais. Além disso, o projeto organiza formação continuada e qualificação para os membros do MPF e do MPE em relação ao uso da Plataforma.
- Fortalecimento da governança da Plataforma e de redes de PCT para o uso da Plataforma: o projeto implementa ações para fortalecimento da gestão participativa da Plataforma, por meio de melhorias, construídas em conjunto com o MPF e CNPCT, nos processos de decisão e nos fluxos de inserção e validação de informações no sistema, garantindo a qualidade e credibilidade da Plataforma junto às comunidades e instituições públicas. Nessa frente de trabalho, o projeto realiza e apoia diálogos temáticos de redes dos PCT e do Conselho Gestor da Plataforma sobre uso da Plataforma para temas específicos como meio ambiente, segurança, gênero, dentre outros, fortalecendo a Plataforma como espaço dinâmico de intercâmbio.
- Multiplicação de conhecimentos e comunicação sobre a plataforma: apoio com a estratégia de comunicação, com abordagens para sustentabilidade e para gestão de conhecimentos da plataforma. O projeto atua pelo fortalecimento do coletivo de juventude de povos e comunidades tradicionais por meio de assessoria técnica e formação continuada grupo, para que a juventude PCT atue de forma estratégica em advocacy para promoção da plataforma em políticas públicas e junto às comunidades. O projeto também promove o desenvolvimento organizacional de Redes PCT para que atuem como organizações multiplicadoras da Plataforma no nível nacional, assim como desenvolve metodologias para a orientar cadastros nos territórios.

- Promoção do uso da Plataforma na proteção dos direitos ambientais e humanos nos estados piloto: As associações de povos e comunidades tradicionais nas regiões pilotos são apoiadas para melhorar a articulação dos seus interesses usando de forma estratégica a plataforma para a proteção dos territórios contra a violação de direitos. Esse uso conduz a uma consolidação das organizações e à promoção de sinergias entre os vários segmentos de PCT, assim como a capacidade de articulação com órgãos públicos locais para reivindicação de direitos. São formalizadas parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e da academia locais para inclusão da plataforma em processos de decisórios e em ações efetivas de políticas públicas das regiões, visando a defesa dos direitos das comunidades em seus territórios.

Resultados alcançados

Atualmente, 411 territórios foram cadastrados, sendo 380 validados e publicados na Plataforma. Com o apoio do projeto, foram realizadas atualizações e correções técnicas na Plataforma, para melhorias em termos de usabilidade e segurança da informação.

O projeto também apoiou a formação de uma rede de multiplicadores/as da Plataforma, por meio de uma formação inicial com 26 lideranças de 15 segmentos de PCT. Dentre as ações de multiplicação estão duas oficinas regionais com 124 mulheres representantes de PCT.

No total, as formações alcançaram mais de 2.100 representantes de PCT desde 2022. Com o apoio do projeto, 39 membros do MPF foram formados e 420 foram sensibilizados sobre a aplicação da Plataforma no seu trabalho.

Foram produzidos materiais de comunicação da Plataforma como vídeos, notícias, e materiais de apoio para multiplicação e divulgação da Plataforma. Foram estabelecidas parcerias institucionais estratégicas com o governo e com organizações e universidades, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN). A Rede de Povos e Comunidades Tradicionais foi fortalecida por meio de assessoria em desenvolvimento organizacional à Associação Mãe Palmeira. O projeto apoiou a formação continuada em comunicação, advocacy, clima e território para a juventude da Rede PCTs, em parceria com a organização BEM TV.

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn	Parceiros	Ministério Público Federal (MPF)	
	GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 903 Ed. Brasília Trade Center 70711-902 Brasília/DF – Brasil T +55 61 2101-2170 giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasil		Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha	
Responsável	Friederike Brinkmeier	Por encargo do	BMZ Bonn	
		Endereços	BMZ Berlin	
Data	Setembro de 2025		Dahlmannstraße 4	Stresemannstraße 94
			53113 Bonn, Deutschland	10963 Berlin, Deutschland
			T +49 (0)228 99 535-0	T +49 (0)30 18 535-0
			F +49 (0)228 99 535-3500	F +49 (0)3018 53501
			poststelle@bmz.bund.de	www.bmz.de